



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2003

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando que a Resolução nº 33, de 15 de outubro de 2003, do CNRH, estabeleceu a atual composição de suas Câmaras Técnicas;

Considerando que o número de segmentos interessados em participar das referidas Câmaras Técnicas foi superior ao número de membros regimentalmente admitido;

Considerando a possibilidade da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL indicar os membros para eventuais substituições, observando o disposto no art. 25 do Regimento Interno do CNRH, resolve:

Art. 1º Estabelecer suplência para a composição das Câmaras Técnicas Permanentes do CNRH, para a sua complementação, de forma progressiva, em caso de desistência ou exclusão dos seus atuais membros, nos termos do art. 31 de seu Regimento Interno, na forma abaixo:

I - CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS:

1. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;
2. Ministério da Integração Nacional;
3. Ministério das Cidades;
4. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Ceará e Bahia;
5. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Piauí e Sergipe;
6. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
7. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;
8. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica;
9. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
10. Ministério de Minas e Energia;
11. Ministério da Integração Nacional.

II - CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO:

1. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas;
2. Ministério da Saúde;
3. Ministério da Integração Nacional.

III - CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS:

1. Ministério de Minas e Energia;
2. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;
3. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas;

4. Ministério dos Transportes;
5. Ministério de Minas e Energia;
6. Ministério da Integração Nacional.

IV - CÂMARA TÉCNICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

1. Ministério de Minas e Energia;
2. Ministério da Integração Nacional.

V - CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS:

1. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas;
2. Ministério da Saúde;
3. Organizações Não Governamentais;
4. Setor Hidroviário;
5. Ministério da Integração Nacional.

VI - CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS:

1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
2. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
3. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
4. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Piauí e Sergipe;
5. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Ceará e Bahia;
6. Ministério de Ciência e Tecnologia;
7. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa;
8. Ministério da Integração Nacional.

VII - CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS:

1. Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
2. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;
3. Setor Hidroviário;
4. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas;
5. Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º O membro suplente que assumir a titularidade na Câmara Técnica complementar o mandato do membro substituído.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo